

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS EMERGENTES

Graciele Glap
Lucimara Glap
(Organizadoras)



Graciele Glap
Lucimara Glap
(Organizadoras)

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: DESAFIOS EMERGENTES

Atena Editora
2017

2017 by Graciele Glap & Lucimara Glap

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Edição de Arte e Capa: Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho (UnB)

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior (UFAL)

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto (UFPEL)

Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall'Acqua (UNIR)

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson (UTFPR)

Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior (UEPG)

Profª Drª Lina Maria Gonçalves (UFT)

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa (FACCAMP)

Profª Drª Ivone Goulart Lopes (Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatric)

Prof. Dr. Carlos Javier Mosquera Suárez (UDISTRITAL/Bogotá-Colombia)

Prof. Dr. Gilmei Francisco Fleck (UNIOESTE)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)
<p>P769</p> <p>Políticas públicas na educação brasileira: desafios emergentes / Organizadoras Graciele Glap, Lucimara Glap. – Curitiba (PR): Atena Editora, 2017. 305 p. : 1.960 kbytes</p> <p>Formato: PDF ISBN 978-85-93243-30-1 DOI 10.22533/at.ed.3011906 Inclui bibliografia</p> <p>1. Educação e Estado - Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais. 3. Educação inclusiva. I. Glap, Graciele. II. Glap, Lucimara. III. Título. CDD-379.81</p>

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos seus respectivos autores.

2017

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Atena Editora

www.atenaeditora.com.br

E-mail: contato@atenaeditora.com.br

Apresentação

O livro Políticas Públicas para a Educação Brasileira: desafios emergentes, traz artigos que abordam e discutem as “Políticas Públicas” de forma ampla, além do tema “Inclusão”, de forma mais específica, onde são tecidos diversos textos com diferentes olhares sobre a temática proposta.

O tema Inclusão nos propicia a reflexão do quão é importante incluir a pessoa com deficiência nos diferentes espaços: família, escola, sociedade, mundo do trabalho. Então, espera-se que de fato, se revele uma inclusão com qualidade, pois sabemos os danos que podem ser causados por uma pseudo inclusão. Percebemos nos textos que aqui discutem esse tema, o cuidado em abordar o assunto, pois o mesmo precisa ser fruto de uma prática inovadora construída dia após dia, partindo da realidade desse sujeito.

Os textos que versam sobre as políticas públicas, nos fazem ampliar os debates, no sentido de compreender como a educação tem sido efetivada, quais mecanismos, leis, planos, metas e projetos que dela decorrem. Assim, convidamos o leitor a adentrar nas discussões aqui apresentadas, que nos fazem emergir na mais profunda discussão teórica.

No livro são apresentados 03 artigos sobre inclusão: A reflexão teórica sobre os avanços conquistados pela Educação Inclusiva, focando a sala de recursos; O direito à Educação Infantil sob a perspectiva inclusiva em relação as políticas educacionais implantadas na última década, e; O espaço laboral para pessoas com deficiência, com a finalidade de reflexão sobre sua inserção na sociedade do trabalho.

Ademais, apresentamos 17 artigos sobre políticas públicas: A reflexão sobre o Programa Mais Educação por meio da perspectiva do Ciclo de Políticas de Ball e Bowe; A política educacional como instrumento de inserção das tecnologias digitais em sala de aula; A relação existente entre a escola e o CRAS no âmbito do Programa Bolsa Família e seus desdobramentos; Alternativas para o cumprimento da meta 12 do PNE que discute o aumento de vagas no Ensino Superior; A relação público-privada na educação em um município do estado de SC; Estudo conceitual sobre o Federalismo e as Políticas Educacionais com vistas a compreensão da centralização e descentralização do SNE; A reflexão sobre as interações do modelo federativo na política pública de Educação Básica e sua influência sobre o PNE, O FUNDEB e o SNE; A internacionalização da Educação Superior frente ao processo da globalização e políticas de avaliação; A adoção de um currículo mínimo as quais suscitou muitas polêmicas na rede estadual do Rio de Janeiro; A análise da experiência da casa familiar Rural de Santarém (PA) criada pelo Movimento Social do Campo discursos entre a teoria e a prática; O plano de ações articuladas buscando compreender a dinâmica de compartilhamento de poder nas transformações recentes do federalismo brasileiro; A análise da meta 5 e 6 do PNE no que se refere a alfabetização e a educação integral; As políticas de formação de professores e a implantação do PIBID na perspectiva da relação público/privada no Ensino Superior; Redes globais e educação onde se discute os conceitos de governança incorporados

a análise das redes de educação na América Latina; As concepções que permeiam o projeto de educação profissional dos alunos do Ensino Médio e finalizando traz a discussão sobre a Universidade Pública elencando a sua missão e o compromisso social com a sociedade.

Esperamos que ao final da leitura, o leitor sinta-se instigado a ampliar a leitura, as discussões e a pesquisa sobre os temas aqui discutidos.

Desejamos a todos uma excelente leitura!!!

Graciele Glap
Lucimara Glap

SUMÁRIO

Apresentação.....	03
--------------------------	-----------

Eixo 1 - Inclusão

Capítulo I

AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: UM CAMINHO PARA A INCLUSÃO

<i>Thiffanne Pereira dos Santos e Marlene Barbosa de Freitas Reis.....</i>	<i>08</i>
--	-----------

Capítulo II

DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UM OLHAR A PARTIR DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

<i>Maria Luiza Rodrigues Flores e Cátia Soares Bonneau.....</i>	<i>19</i>
---	-----------

Capítulo III

O ESPAÇO LABORAL PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA: UMA QUESTÃO A DISCUTIR

<i>Roselandia Coelho Rocha.....</i>	<i>33</i>
-------------------------------------	-----------

Eixo 2 - Políticas Públicas

Capítulo IV

A HEGEMONIA DA APRENDIZAGEM NO COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO E DO PROGRAMA MAIS EDUCAÇÃO

<i>Quênia Renee Strasburg, Berenice Corsetti e Elisete Enir Bernardi Garcia.....</i>	<i>49</i>
--	-----------

Capítulo V

A POLÍTICA EDUCACIONAL PARA O USO PEDAGÓGICO DE TECNOLOGIAS: COMO A EDUCAÇÃO ENTRA NESTE DEBATE?

<i>Glhebia Gonçalves de Oliveira Dourado e Sandra Márcia Campos Pereira.....</i>	<i>65</i>
--	-----------

Capítulo VI

A RELAÇÃO ENTRE ESCOLA E CRAS NO ACOMPANHAMENTO DO CUMPRIMENTO DA CONDICIONALIDADE DA EDUCAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

<i>Polyana Lunelli.....</i>	<i>78</i>
-----------------------------	-----------

Capítulo VII

ALTERNATIVAS PARA O CUMPRIMENTO DA META 12 DO NOVO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: NOVO MODELO DE UNIVERSIDADE PARA VIABILIZAR A EXPANSÃO

<i>Penildon Silva Filho.....</i>	<i>93</i>
----------------------------------	-----------

Capítulo VIII

AS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E AS POLÍTICAS DE NATUREZA PRIVADA NA EDUCAÇÃO PÚBLICA: ANÁLISES PRELIMINARES

<i>Liane Vizzotto e Berenice Corsetti</i>	111
---	-----

Capítulo IX

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE ORGANIZAÇÃO E SISTEMA DE EDUCAÇÃO MUNICIPAL

<i>Rosa Maria Furtado</i>	125
---------------------------------	-----

Capítulo X

FEDERALISMO E AS POLÍTICAS EDUCACIONAIS: DO REGIME DE COLABORAÇÃO AO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

<i>Ubirajara Couto Lima e Rosenerly Pimentel do Nascimento</i>	140
--	-----

Capítulo XI

FEDERALISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: A UNIÃO ENQUANTO ENTE NORMATIZADOR

<i>Glezenir Vaz Teixeira</i>	154
------------------------------------	-----

Capítulo XII

GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

<i>Ângela Barbosa Montenegro Arndt</i>	168
--	-----

Capítulo XIII

IMPLICAÇÕES GERENCIALISTAS NA POLÍTICA CURRICULAR FLUMINENSE

<i>Silvana Malheiro do Nascimento Gama e Laila Fernanda de Castro Gonçalves</i>	184
---	-----

Capítulo XIV

MARCHAS E CONTRAMARCHAS DA EXPERIÊNCIA DA CASA FAMILIAR RURAL (CFR) DE SANTARÉM-PARÁ: DISCURSOS E PRÁTICAS DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO À EMANCIPAÇÃO DOS SUJEITOS

<i>Glez Rodrigues Freitas Bentes e Eliane Gracy Lemos Barreto</i>	195
---	-----

Capítulo XV

O PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS NO HORIZONTE DO FEDERALISMO BRASILEIRO: compreensões sobre a dinâmica de compartilhamento do poder

<i>Emmanuelle Arnaud Almeida Cavalcanti e Antonio Cabral Neto</i>	209
---	-----

Capítulo XVI

OS PLANOS NACIONAL E DISTRITAL DE EDUCAÇÃO: UMA BREVE ANÁLISE DAS METAS CINCO E SEIS

<i>Suzanne de Souza Soares</i>	229
--------------------------------------	-----

Capítulo XVII

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA INSTITUCIONAL DE BOLSAS DE INICIAÇÃO À DOCÊNCIA (PIBID)

*Caroline Correia Maciel, Jorismary Lescano Severino, Margarita Victoria Rodríguez e
Sílvia Helena Andrade de Brito.....*242

Capítulo XVIII

REDES GLOBAIS E EDUCAÇÃO: A REDE LATINO AMERICANA DA SOCIEDADE CIVIL PARA A EDUCAÇÃO-REDUCA

*Maria Raquel Caetano.....*258

Capítulo XIX

TRABALHO E EDUCAÇÃO NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO AO ENSINO TÉCNICO

*Cleverson Ramon Carvalho Silva e José Pereira Peixoto Filho.....*272

Capítulo XX

UNIVERSIDADE PÚBLICA: MISSÃO E COMPROMISSO SOCIAL

*Raimunda Maria da Cunha Ribeiro.....*285

Sobre as organizadoras.....298

Sobre os autores.....299

CAPÍTULO XVIII

REDES GLOBAIS E EDUCAÇÃO: A REDE LATINO AMERICANA DA SOCIEDADE CIVIL PARA A EDUCAÇÃO- REDUCA

Maria Raquel Caetano

REDES GLOBAIS E EDUCAÇÃO: A REDE LATINO AMERICANA DA SOCIEDADE CIVIL PARA A EDUCAÇÃO-REDUCA

Maria Raquel Caetano

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul rio-grandense Campus
Charqueadas
Charqueadas-RS

RESUMO: Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento e visa compreender o avanço nos processos de privatização do público, estratégia que vem sendo utilizada por organizações empresarias em países latino-americanos. Para isso apresentamos que esse deslocamento entre o público e o privado já encontrava no referencial da Terceira Via um corpo teórico que respaldava essa estratégia. Com a inserção das diretrizes do Banco Mundial através do documento Aprendizagem 2020, busca-se analisar esse processo através da constituição da REDUCA, cujo movimento vem tomando força nos últimos anos a partir de um projeto que visa naturalizar a privatização da educação pública nos países latinos bem como dar a direção às políticas educacionais, redefinindo o papel do Estado para com a educação.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Redes; Reduca.

1. INTRODUÇÃO

O contexto mundial em que vem ocorrendo à redefinição do papel do Estado neste período histórico e como ele se materializou no Brasil, a partir do Plano Diretor da Reforma do Estado instituiu a administração pública gerencial no governo Fernando Henrique Cardoso (1994-2001), observando-se continuidades na gestão do presidente Lula da Silva (2003-2010) e aprofundado na gestão da presidente Dilma Rousseff até os dias atuais.

O Estado vem se redefinindo e alterando as fronteiras entre o público e o privado formando quase mercados. Ao examinar o quase mercado, verificamos que a lógica do mercado que antes era limitada na educação, passa agora a constituir-se num mercado em ascensão em nível global com a introdução de mecanismos mercantis no interior da educação pública.

Um dos mecanismos principais das reformas que vem sendo instituídas no setor público, entre elas as reformas na educação, é a orientação para a Nova Gestão Pública (NGP) em que o modelo gerencial possibilita que o Estado crie condições para o aumento dos investimentos privados na educação pública. As experiências introduzidas pela NGP representam uma múltipla e diversificada experiência teórica e aplicada, com variadas ênfases e formatos, na renovação da gestão nos Estados. É marcada, predominantemente, por conceitos comuns, como valorização das funções gerenciais na administração pública, controle de resultados, autonomia de

gestão, responsabilidade individual na prestação de serviços públicos baseados em metas de desempenho, desenvolvimento de instrumentos que visam à eficiência e à eficácia na gestão, avaliação dos programas e medidas de incentivos aos administradores para melhorar a gestão.

No Brasil, a educação é considerada desde a década de 90 do século passado, serviço não exclusivo do Estado, podendo transformar-se em organização social(OS) recebedora de recursos do orçamento público mediante a assinatura de contrato de gestão e com autonomia para fechar acordos e parcerias com instituições privadas, tornando-se organizações públicas não estatais (BRASIL; MARE, 1995). As Organizações Sociais vem sendo implantadas na educação pública em vários estados brasileiros como é o caso recente dos estados de Goiás e Pará.

As reformas no Brasil e no contexto latino-americano ocorreram e ainda vem ocorrendo sob o ideário do Neoliberalismo e da Terceira Via, mas também nos últimos anos como um movimento articulado de ideias liberais em ascensão, influenciadas por grandes corporações norte-americanas que vem financiando e apoiando institutos, fundações e movimentos que retomam as ideias de Hayek, Mises e Friedmann no Brasil e na América Latina Esses movimentos em escala global são articulados especialmente pela Atlas Network, o Cato Institute, a Charles G. Koch Charitable Foundation e o Institute of Human Studies – fundações ligadas à família Koch, John Templeton Foundation.Ver Ball(2014).

No contexto brasileiro, o repasse das políticas sociais ao Terceiro Setor e o que denominamos de terceiro setor mercantil(PERONI,2013)é uma das estratégias utilizadas pelo Estado.O Estado abre espaço para atuação das instituições não estatais, como ONGs, fundações, institutos e mais recentemente através das OSs- Organizações Sociais. Essas instituições assumem o papel do Estado na elaboração de políticas, execução de programas, projetos e ações, denominadas por Ball e Youndel(2008) como endoprivatização.

O conceito de governança emerge, para além da ação política de um governo, regulando e articulando a esfera estatal e a esfera privada (base de fundamentação do conceito de público não estatal) em âmbito nacional e internacional.

No caso das reformas, precisa ter como centralidade a ampliação da esfera denominada de pública não estatal, ou seja, a ampliação dos mecanismos de parceria para que o Estado possa dividir responsabilidades e ações com o setor privado.

É nesse processo que também se inserem as instituições do Terceiro Setor mercantil como o Instituto Unibanco (PERONI;CAETANO,2015),Instituto Ayrton Senna(ADRIÃO,PERONI,2010), (CAETANO,2013;2015) entre outros.

Nesse cenário torna-se cada vez mais crescente a tendência dos governos de introduzir formas de privatização na educação pública ou em setores da educação pública. Para esta abordagem, utilizamos o conceito cunhado por Licínio Lima(2013,p178-179) que compreende que a

Privatização pode, portanto significar muitas e diferentes coisas, desde a erosão das responsabilidades estatais em benefício de privados,

desregulação, concessão a privados, parcerias, construção de redes nacionais de ensino, já não públicas, mas híbridas ou baseadas em parcerias público-privadas, escolas públicas com estatutos de fundação e regidas pelo direito privado, escolas públicas cuja gestão foi concessionada a privados, financiamento através da captação de alunos e respetivos “cheques-ensino” pagos pelo Estado, interferência crescente no currículo, na prática pedagógica, na avaliação, etc., por parte de instituições privadas, empresas, fundações, organizações não-governamentais diversas, ou do chamado “terceiro setor”. Privatização pode, ainda, significar a crescente introdução de modos de gestão considerados típicos das organizações privadas, ideologicamente consideradas mais bem geridas, em busca da “zero-burocracia”, mais ágeis e manejáveis em ambientes incertos e turbulentos, centradas na necessidade do cliente ou consumidor, induzindo a competitividade no seu interior através da adoção de mercados internos, ou seja, seguindo os princípios normativos e as prescrições técnico-instrumentais da chamada “Nova Gestão Pública”.

As tendências à privatização estão tendo maior ou menor influência nos diferentes países e se concretizam de diferentes formas nos sistemas de educação pública.

Ball e Olmedo(2013) citam os ‘novos filantropos’ que vem operando em nível global. Nessa configuração, soluções inovadoras e velhas soluções para problemas sociais e de desenvolvimento baseadas no mercado estão sendo privilegiadas e fortalecidas “através do surgimento de uma nova elite global, conectada em rede, formada por promotores de políticas e novos filantropos” (BALL; OLMEDO, 2013, p.33).

Destaca-se a formação de uma nova cultura, baseada na perda da centralidade da luta de classes e na mercantilização da vida social, na qual a educação é considerada a principal estratégia política de conformação dos indivíduos à ordem do capital (LIMA, 2008).

2. AS ESTRATÉGIAS EDUCATIVAS 2020 DO BANCO MUNDIAL

No campo das reformas educacionais em nível global, o Banco Mundial lançou em 2012 o documento intitulado “Aprendizagem para Todos” - Estratégias Educativas 2020 para a educação (BANCO MUNDIAL,2011). Fazem parte das estratégias as reformas educacionais que vão além do foco dos insumos materiais e concentram-se mais nos resultados e em soluções de gestão e de governança. O documento Estratégias Educativas é provavelmente, o documento político com o qual o Banco posiciona-se de forma mais clara como o líder da reforma intelectual no domínio da ajuda ao desenvolvimento (Verger; Bonal,2011).

Isso ocorre porque, o Banco vem testando uma limitada gama de reformas educacionais em alguns países e em seguida as dissemina (com algumas pontuais adaptações, no sentido de reduzir o custo de transferência) por todo o planeta, independentemente do contexto político, social e econômico do país “assistido”(BM,2011). Esse leque de reformas, conforme indica Bastos(2015),

chamadas pelo Banco de “melhores práticas” ou “o que funciona”, na verdade, consiste num portfólio de opções a serem escolhidas, de acordo com as condições políticas de implementação em cada país.

As estratégias educativas do Banco Mundial, se distribuem amplamente por todo o mundo e tem uma enorme capacidade de estabelecer agendas educativas de caráter global. Vários agentes utilizam os documentos do BM como guia entre eles doadores, ONGs internacionais e Ministros de Educação e utilizam largamente os documentos como guia de políticas educativas (BONAL;VERGER,2011) .Os autores criticam a visão economicista sobre a educação do BM que usa o enfoque na aprendizagem como forma de destacar os resultados através das avaliações.

As estratégias propostas pelo BM se concentram em três grandes áreas: geração e intercâmbio de conhecimento, apoio técnico e financeiro e parcerias estratégicas.. Além disso,

o BM fornecerá: avaliação do sistema e ferramentas de comparação com dados de informação para avaliar a capacidade de um sistema educacional para melhorar os sistemas de aprendizagem;avaliações da aprendizagem e realização de objetivos que abranjam as competências básicas de leitura e aritmética, bem como outras incluindo pensamento crítico, solução de problemas e aptidões para trabalhar em equipe; e avaliações de impacto e outro trabalho analítico que possam informar políticas e intervenções, juntamente com o intercâmbio de conhecimentos e debate que facilitem a aprendizagem entre países parceiros e organizações(BM,2011,P.8)

Faz parte dos objetivos do BM e do IFC- Sociedade Financeira Internacional, aumentar o conhecimento sobre o papel do setor privado na educação e ajudar os países a criar ambientes de política e estruturas normativas que alinhem esforços do setor privado por meio de parcerias estratégicas no nível local e global, visando melhorar os sistemas educacionais. Nesse sentido, “desde 2001 o IFC já investiu \$500 milhões, em 46 projetos privados de educação”.(BM, 2011,p.1).

Segundo o Banco as entidades privadas são fornecedores importantes de serviços de educação até para as comunidades mais pobres, especialmente em áreas que os governos não chegam "(BM, 2011, p. 20).

Na correlação de forças entre o Banco Mundial e os Estados que pleiteiam seus financiamentos educacionais, a imposição por parte dessa instituição financeira das “melhores práticas” experimentadas em outros países fica condicionada(BASTOS, 2015). Essa condição funciona como um meio de reduzir as despesas públicas em educação e impor sua agenda à educação dos países periféricos.

A estratégia atual coloca maior ênfase na importância do setor privado para atingir os objetivos da Educação para Todos e apoia abertamente o papel das instituições de ensino privadas com fins lucrativos, dá mais importância aos empréstimos educacionais do International Finance Corporation - a instituição do Grupo do Banco Mundial que está diretamente ligada ao setor privado - e acredita que o setor privado pode ser benéfico para os pobres(Verger;Bonai,2011). Dito de outra maneira, as virtudes do setor privado podem chegar onde o Estado não chega.

Podemos considerar que o Banco Mundial apoia dois tipos de privatização segundo Ball e Youndell(2007): a privatização **da** educação e a privatização **na** educação. A privatização **da** educação visa incentivar o aumento da oferta privada com subsídio público, ou seja a contratação de todo tipo de serviço educacional pelo Estado aos setores do mercado . A estratégia sugere que esta forma de privatização pode ser realizada por meio de contratos ou subvenções como é o caso da aquisição de material apostilado por sistemas públicos (ADRIÃO;GARCIA,2014), a gestão da escola e da sala de aula como é o caso do Instituto Unibanco(PERONI,2015; PERONI,CAETANO,2015; CAETANO,2015) e do Instituto Ayrton Senna no Brasil(ADRIÃO,PERONI,2010; CAETANO,2013). Incluindo a oferta de pacotes educativos, materiais digitais, orientações pedagógicas, hardwares e softwares educativos, procedimentos de avaliação.

Por outro lado, a privatização **na** educação, busca incentivar as escolas públicas a agir e operar como prestadores privados, a fim de torná-los mais competitivos e aumentar os padrões de qualidade. Nesse caso, a lógica da competência, dos resultados, da premiação, do bônus, do mérito. De acordo com a Estratégia 2020, os objetivos podem ser alcançados através da introdução de incentivos e fórmulas de financiamento competitivos nos sistemas educativos.

A escola, conforme Ball e Youndell(2007) passaria a funcionar como uma empresa que seria o principal mecanismo de privatização encoberta da educação, de maneira que os sistemas educativos passariam a funcionar como quase-mercados, com base em critérios como seleção de estudantes e política de resultados. Ball e Youndell (2007) abordam uma outra forma de participação do setor privado nos processos de tomada de decisão, no que se refere à política educativa, o que eles chamam de privatização da política, o que vem ocorrendo através da constituição de redes globais com especial participação do setor privado(BALL,2014).Na América Latina, destaca-se a REDUCA- Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação que abordaremos nesse artigo. É nesse contexto que as políticas educacionais tornam-se cada vez mais globais ao invés de locais ou nacionais (Ball,2014).

3. REDES GLOBAIS E EDUCAÇÃO: A REDE LATINO-AMERICANA DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A EDUCAÇÃO-REDUCA

Pela importância da análise das relações entre o público e o privado e pela análise das redes de educação na América Latina destacamos a influência das redes na educação pública (PERONI,CAETANO,2016). Um exemplo é a REDUCA- Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação.

As redes são estratégias que visam modificar o modo de intervenção do Estado na gestão do público através da governança (LIMA, 2007, p.176). Na Nova Gestão Pública, o enfoque central está direcionado à adaptação e à transferência dos conhecimentos gerenciais desenvolvidos no setor privado para o público (PECCI, 2008).

Segundo Pecci et al. (2008), a governança, requer a concepção de estruturas e processos próprios, que se diferenciam. “A rede de governança modifica substancialmente as relações de poder entre o Estado e a sociedade, tornando-as mais fluidas e deslocando-as, de fato, para o setor privado e o terceiro setor” (Idem, p.52). A localização na rede é a chave para o capital social (Ball; Olmedo, 2013). As redes são feitas de capital social que pode ser desenvolvido, investido e acumulado. Os participantes são multifacetados: sujeitos individuais podem ser envolvidos em uma variedade de significados e influência nas redes. As redes têm fluxos de ideias e pessoas que circulam entre o público e o privado. Foi o que constatamos na REDUCA

Lima (2007, p.168) afirma que as redes não se constituem como um fenômeno inédito. O que há de novo é o fato do expressivo crescimento numérico de entidades que passaram a se articular dessa forma na atualidade e o aumento do interesse dos governos por elas. Em geral, os governos traduzem esse interesse a partir do preceito de parceria público-privada(PPP).

Nesse estudo apresentamos a Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação(REDUCA) - formada por organizações sociais de 14 países latino-americanos, muitas dessas dirigidas por grandes empresários que não mantêm ligações com a área educacional e sim com o setor privado. O Quadro 1 mostra como as instituições(elos) que participam da rede se apresentam:

PAIS	COMO SE APRESENTA
Brasil	Organización no gubernamental apoyada por diferentes actores de la sociedad civil.
Argentina	Organización no gubernamental. Participación de diferentes actores de la Sociedad Civil.
Chile	Organización no gubernamental. Fundada con participación de personas de la sociedad civil.
Colombia	Organización no gubernamental creada y liderada por empresarios.
El Salvador	Organización privada sin fines de lucro.
Honduras	Organización sin fines de lucro, creada por un empresario y su familia y por otras personas del mundo empresarial y académico.
México	Iniciativa ciudadana, independiente y plural, creada por un grupo de líderes de organizaciones civiles de corte filantrópico y cultural; es una asociación civil sin fines de lucro, reconocida como unidad de investigación.
Paraguay	Movimiento independiente, sin fines de lucro, conformado por personas del sector empresarial y de la sociedad civil que surge para apuntalar la educación como un factor esencial para el desarrollo del país y de sus habitantes.
Peru	Asociación civil sin fines de lucro, formada por empresarios, empresas y líderes de opinión.
Republica Dominicana	Organización privada sin ánimo de lucro creada por empresarios.
Ecuador	Centro de políticas públicas independiente, apartista y laico.

Panamá	Organización sin fines de lucro privado, creado y dirigido por los empresarios.
Guatemala	Organización no gubernamental creada y liderada por empresarios.
Nicaragua	Organización privada sin fines de lucro, creada por un grupo de empresarios y educadores.

Fonte: Reduca.Disponível em <http://www.reduca-al.net/nosotros>(2016).

No quadro acima percebemos que a grande maioria das instituições que compõe a Reduca se apresentam como organizações da sociedade civil (ONGs) e como organizações privadas criadas por empresários.

A organização do setor privado, através do que Ball chama de filantropos visam definir as políticas educacionais pois há participação direta desses sujeitos na definição das agendas educacionais e utilizam as redes de corporações e organizações para alcançar seus objetivos.”O ponto de convergência é fazer do mercado a solução óbvia para os problemas sociais e econômicos”(BALL, 2014,p.59).Para o autor, as empresas estão trabalhando para mudar a percepção do público sobre os problemas sociais, incluindo a educação(BALL,2014). A organização do setor privado é cada vez maior para dar direção às políticas públicas através de redes.Para Ball e Olmedo (2013, p. 41), eles criam “[...] redes dentro de redes [...]. Esses são canais para a promoção de políticas e as ideias delineadas [...] se formam e são colocadas em prática”.

Peroni (2015, p.26) adverte que “as redes não são abstrações”. Elas “são formadas e operadas por sujeitos individuais e coletivos em um projeto de classe e são parte de uma ofensiva histórica do capital neste período particular docapitalismo”.

A Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação (Reduca), idealizada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e pelo movimento Todos Pela Educação (Brasil), congrega organizações de 14 países da América Latina que atuam pela garantia do direito a uma Educação inclusiva, equitativa e de qualidade na região.A Rede foi lançada em Brasília em 2011.Na ocasião foi lançada também a Declaração de Brasília que fala sobre a constituição da rede.Na declaração, a rede se coloca como uma assembléia de organizações de diversos países da América Latina que possui um compromisso público e comum em prol da educação inclusiva e de qualidade nos países que integram a rede.O documento cita ainda que

La Rede se constituye en un ejercicio libre e voluntario para intercambiar entre los miembros experiencias,recursos y proyectos;para expresar SUS opiniones, propor soluciones y acuerdos,y difundir campanas em El foro público;para estudiar y evaluar medidas, programas y políticas publicas locales y regionales; para sumarnos em acciones conjuntas, entre nosotros y com otros actores(Declaracion de Brasilia,2011).

O lançamento ocorreu no último dia do Congresso Internacional “Educação uma agenda urgente”, promovido pelo Todos pela Educação, que integra a rede. A rede conta com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento como

facilitador e propulsor da iniciativa. O BID contribui em promover a capacitação e a participação da sociedade civil da região latino-americana e a União Européia como co-financiador.

Essas instituições apresentam como pontos em comum a ideia na sociedade civil organizada, e não restrita a grupos profissionais de Educação; atuação de caráter nacional; crença na Educação como caminho para o desenvolvimento do País; defesa da qualidade da Educação, mas sem especificar métodos pedagógicos. O Todos pela Educação tem buscado dialogar com tais movimentos. Ao mesmo tempo em que apresenta seu ideário, procura trocar conhecimentos e aprendizados, destacando-se nesse intercâmbio de ideias com as nações vizinhas. Em 2007, por exemplo, o movimento brasileiro divulgou seus princípios na Argentina, Peru, Uruguai, Panamá e Estados Unidos. Já em 2011, um representante do movimento realizou consultoria sobre formas de funcionamento do Todos Pela Educação, estratégias, conquistas e desafios, a convite do Juntos por la Educación, que começava a se estruturar no Paraguai (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2011, p. 71).

Martins(2013,p. 112) mostra que dentre essas organizações, “o TPE é a de maior projeção. Na visão do Movimento, isso se explica, sobretudo, pela “sinergia” existente entre o TPE e o governo, também, pelo apoio da mídia de massa”.

Nesse processo, o TPE é compreendido por organismos internacionais, como o BID, e também pelos demais grupos que compõem a rede, como “o caso mais exitoso”. O TPE é considerado o exemplo a ser seguido, devido à sua capacidade de organização, penetração e atuação junto às esferas públicas de poder e na sociedade em geral. Mais do que restringir sua atuação dentro do seu país de origem, essas organizações visam criar um espaço para realizar ações conjuntas, e, para tanto, constituíram a rede de cooperação, que, durante o segundo Encontro Anual, realizado em agosto de 2012, na Argentina, passou a ser chamada de REDUCA(Martins,2013,p.116)

O TPE vem influenciando a agenda das políticas públicas brasileiras, especialmente dando a direção e contribuindo na execução dessas políticas através do incentivo às parcerias público-privadas, com instituições voltadas ao mercado como é o caso da Fundação Itaú-social, Instituto Unibanco, Instituto Ayrton Senna, Instituto Natura, entre outros. Em relação a Reduca, no qual o TPE integra, as instituições possuem visão e/ou missão muito semelhantes. O que chama a atenção nesse caso é a busca pela articulação no sentido de dar direção as políticas educacionais nos países membros da rede focadas especialmente na educação pública. Essas instituições utilizam como estratégia de atuação a autonomia e independência em relação aos governos. Ainda segundo Érika Martins(2013) como novidade no cenário latino-americano, tais organizações adquirem um potencial de atuação na esfera educacional pública que outros segmentos da sociedade, como pais e sindicatos, não possuem.

O que chama atenção no caso da Reduca, é o expressivo interesse dos empresários pela educação. Erika Martins em sua dissertação de mestrado (2013) em abordagem sobre a Reduca traz que

Depois da formalização da rede, sua coordenação ficou sob a responsabilidade de três organizações: Todos pela Educação (Brasil), Educacion 2020 (Chile) e Mexicanos Primero (México). Esses grupos são responsáveis por desenhar uma proposta comum para a incidência na educação pública em todos os países que participam da rede, inclusive com a projeção de ações conjuntas [...]. (Martins, 2013, p.113)

A proposta inicial para atuação em nível regional se concentra em três frentes: elaboração de uma plataforma de dados relevantes e atualizados sobre a educação na América Latina, a cargo do grupo mexicano; elaboração de uma plataforma de informações e notícias vinculadas às organizações da rede sob a responsabilidade do grupo brasileiro e a construção de um banco de boas práticas e experiências exitosas em termos educativos que possam ser transladadas de um país a outro, sob a responsabilidade do grupo chileno, conforme Martins (2013, p.113). Essas estratégias se alinham com as Estratégias do BM.

Em 2013 a rede foi selecionada pela União Europeia para desenvolver um projeto conjunto com os países membros que versa sobre docentes e gestores, Primeira infância além do Observatório da Educação que é o marco do projeto e implementou um sistema de monitoramento da educação com indicadores e informações educacionais que estão difundidos na página web, intitulado Observatório Educativo. Um dos destaques do documento é a promoção do empoderamento, a participação da sociedade civil e a incidência sobre as políticas educativas. O Observatório Educativo da Reduca tem o objetivo de dar visibilidade aos dados educacionais da região para que a sociedade possa monitorar e avaliar políticas públicas educativas, promover o intercâmbio de boas práticas, de forma a ajudar gestores, pesquisadores e formuladores de políticas públicas em todos os países a desenvolver soluções para os desafios educacionais. A ideia é provocar um sentimento de corresponsabilidade pela Educação pública.

Além da União Europeia, o Observatório Educativo da Reduca conta com apoio da Unesco e da CEPAL. Fazem parte do comitê responsável pela plataforma o movimento Todos Pela Educação (Brasil), Educación 2020 (Chile) e Mexicanos Primero (México). Outra ação já citada e coordenada pelo REDUCA, nos 14 países membros da rede, foi a campanha em prol da oferta de Educação de qualidade na Primeira Infância na região. A ação tem apoio da União Europeia e, no Brasil, é ativada pelo movimento Todos Pela Educação (TPE), representante brasileiro da Reduca e um dos idealizadores da rede, lançada em 2011.

Entre outras ações já apresentadas, o Reduca vem se posicionando em vários eventos. A rede se pronunciou através do Documento intitulado “Posicionamento da Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação” no Encontro Mundial Educação para Todos (GEM) em Oman, convocado pela UNESCO, ocorrido entre os dias 12 e 14 de maio de 2014, no qual resultou no Acordo de Muskat que esboça o objetivo geral assim como as metas globais propostos para a agenda da educação pós-2015.

Nossos países, em corresponsabilidade entre o Estado e a sociedade, precisam avançar com solidez e velocidade na melhoria dos processos e

na conquista de resultados de aprendizagem significativos e para toda a vida, atendendo sempre à equidade, o respeito à identidade de nossos povos, o cuidado com as comunidades escolares em relação à violência, o desenvolvimento da profissão docente com o requisito profissional correspondente e as oportunidades de desenvolvimento e o reconhecimento aos professores. Portanto, também firmamos o compromisso de trabalhar como uma rede no estudo, monitoramento e verificação das metas através de um observatório regional de indicadores, políticas públicas e melhores práticas, bem como dar atenção especial aos trabalhos sobre primeira infância, profissionalização docente e de diretores e o combate ao abandono escolar(Reduca,2014)

Também o Reduca apresentou sua posição no documento “Declaração da Reduca posterior à Cúpula das Américas 2015” com propostas discutidas na 7ª Cúpula de Chefes de Estado das Américas, realizada no Panamá, em 10 e 11 de abril de 2015. O documento inclui propostas da Rede para a educação, buscando inserir-se na agenda

A Reduca insiste para que os governos e a OEA cumpram seu propósito de "criar, sem restrições ou limitações de participação, o Fórum Interamericano da Sociedade Civil e dos atores sociais, de tal forma que haja um processo contínuo de participação e consulta à sociedade civil e aos atores sociais, e não apenas antes e na época de realização da Cúpula das Américas", como uma forma eficaz de participação dos cidadãos nos processos das Cúpulas(DECLARAÇÃO REDUCA,2015)

Buscamos apresentar brevemente como opera a Reduca não só nas instituições de seus países membros, mas também em nível macro como na Cúpula das Américas e no Encontro Mundial de Educação para Todos.É importante atentar que a rede se intitula como sociedade civil, mas basicamente é formada por empresários com visões hegemônicas sobre educação, sociedade e sobretudo sobre o conceito de democracia, o que é questionável.

Podemos dizer que a inserção na e da ‘sociedade civil’ é, “na verdade, uma forma inovadora de se obter consenso em torno de um projeto criado e dirigido pela classe empresarial”(MARTINS, 2009, p.26) .Nesse movimento da rede, a atuação dos empresários, intitulados como sociedade civil, “se afirma como referência ideológica que assegura a unidade política no trabalho de legitimação da sociedade capitalista e de um projeto de educação para as massas”(IDEM).

REFERÊNCIAS

ADRIÃO,T.;GARCIA,T.Subsídio Publico ao Setor Privado:reflexões sobre a gestão da escola pública no Brasil.**Revista Políticas Educativas**, v.7,p.110-112, 2014.

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera Maria Vidal. Análise das consequências de parcerias firmadas entre municípios brasileiros e a Fundação Ayrton Senna para a oferta

educacional.UNICAMP: Relatório de pesquisa, 2010.

BALL,Stephen.Educação Global S.A.Novas redes politicas e o imaginário neoliberal.Ponta Grossa,UEPG,2014.

BALL,S.; YODELL. D. **Hidden Privatisation in Public Education**. Institute of Education, University of London, Bruxelas, 2008. Disponível em: <
http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball_ENGLISH.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2015.

BALL, Stephen; JUNEMANN, Carolina. **Networks, New Governance and Education**. Bristol: Policy Press, 2012.

BALL, Stephen; OLMEDO, Antonio. A Nova Filantropia, o Capitalismo Social e as Redes de Políticas Globais em Educação. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das Fronteiras entre o Público e o Privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Líber Livro, 2013. P. 33-47.

BASTOS.Remo Moreira Brito. **Banco Mundial: aprendizagem para todos até 2020- breves notas sobre uma estratégia de legitimação**. Disponível em:
http://www.uece.br/eventos/semanadeeducacaouece/anais/trabalhos_completos/210-26828-15092015-071632.doc. Acesso em: 12 abr.2016.

CAETANO, Maria Raquel. Relações entre o público e o privado: a gestão pedagógica da educação no Programa Circuito Campeão do Instituto Ayrton Senna (2007-2010). **Tese (Doutorado)**. UFRGS. Faculdade de Educação, PPGEDU. Porto Alegre, RS, 2013.

CAETANO, M. R. Ensino Médio no Brasil e privatização do público: o caso do Instituto Unibanco. **Universidade e Sociedade** (Brasília), v. XXIV, p. 84-99, 2015.

CAETANO, Maria Raquel; PERONI, Vera Maria Vidal. Ensino médio no Brasil e a proposta educacional do Instituto Unibanco: considerações sobre a mercantilização da educação pública. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 89-107.

LIMA, Jorge Ávila de. Redes na Educação: questões políticas e conceptuais. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 20, n. 2, p. 151-181, 2007.

MARTINS, André. S. A educação básica no século XXI. O projeto do organismo "Todos pela Educação". **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, jan.-jun. 2009

MARTINS. Erika Moreira.Movimento "Todos pela Educação" : um projeto de nação

para a educação brasileira. **Dissertação** (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas: SP, 2013.

PECCI, Alketa; PIERANTI, Octavio Penna; RODRIGUES, Silvia. Governança e New Public Management: convergências e contradições no contexto brasileiro. **Organização & Sociedade**, Salvador, v. 15, n. 46, p. 39-55, jul./set. 2008.

PERONI, V. M. V. ; CAETANO, M. R . Atuação em Rede e o Projeto Jovem de Futuro: a privatização do público. **Educação e Realidade**, v. 41, p. 407, 2016.

PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília: Liber Livro, 2013.

PERONI, Vera Maria Vidal. Implicações da relação público-privada para a democratização da educação no Brasil. In: PERONI, Vera Maria Vidal (Org.). **Diálogos sobre as redefinições do papel do Estado e sobre as fronteiras entre o público e o privado**. São Leopoldo: Oikos, 2015.

_____. Proyecto de Cooperación Regional. Disponível em http://www.reducaal.net/narrativa_red/archivos/ProyectedeCooperacionRegional.pdf. Acesso em 10/2/2016.

_____. Declaração da Rede Latino-americana de organizações da Sociedade Civil pela Educação posterior a Cupula das Américas, 2015. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1506/declaracao-da-reduca-posterior-a-cupula-das-americas-2015/> Acesso em 9.2.2016

_____. Posicionamento da Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil pela Educação no Encontro Mundial Educação para Todos (GEM), 2014. Disponível em https://issuu.com/camilopinto/docs/posicionamento_reduca_reuniao_unesc. Acesso em 10.2.2016.

REDUCA. Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação. Disponível em <http://www.reduca-al.net/nosotros>. Acesso em 8.2.2016.

REDUCA. Rede Latino-americana de Organizações da Sociedade Civil para a Educação Declaração de Brasília, 2011. Disponível em http://www.reduca-al.net/narrativa_red/archivos/DeclaraciondeBrasilia.pdf. Acesso em 10.2.2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. De olho nas metas - 2011. Quarto relatório de acompanhamento das 5 metas do movimento Todos Pela Educação São Paulo, Todos pela Educação, 2011.

. Observatório online traz dados educacionais da América Latina. Em 18/8/2015. Disponível em <http://www.todospelaeducacao.org.br/reportagens-tpe/34787/observatorio-online-traz-dados-educacionais-da-america-latina/> Acesso em 9.2.2016.

ABSTRACT: This article is part of an ongoing research and aims to understand the advancement in the processes of privatization of the public, a strategy that is being used by business organizations in Latin American countries. For this we present that this displacement between public and private already found in the frame of the Third Way a theoretical body that supported this strategy. With the insertion of World Bank guidelines through the document Learning 2020, this process seeks to analyze this process through the constitution of REDUCA, whose movement has been gaining strength in recent years from a project aimed at naturalizing the privatization of public education in Latin countries As well as giving direction to educational policies, redefining the role of the state in education.

KEYWORDS: Education; Networks; Reduca

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-93243-30-1

